



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

ATA DA 92^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Na data do dia dezesseis de junho de 2025, às 09h50, em Brasília/DF, teve início o primeiro dia da 92^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, realizada nas dependências do Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 9, 10º andar, sede do Ministério da Igualdade Racial – MIR. Presentes na reunião a Sra. **Marina Laís Duarte da Silva**, vice-presidenta do Conselho e representante da União de Negras e Negros pela Igualdade – UNEGRO, a Sra. **Larissa da Cruz Santiago**, secretária-executiva do Conselho e representante do Ministério da Igualdade Racial – MIR, e a Sra. **Roberta Cristina Eugênio dos Santos Silva**, secretária-executiva da Coordenação Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, representante do Ministério da Igualdade Racial – MIR. Participaram como conselheiros representantes da sociedade civil o Sr. **Afonso José Dias Gomes**, representante do Coletivo Nacional da Juventude Negra – ENEGRECER; o Sr. **Antônio Ricardo Herculano da Silva**, representante do Coletivo de Entidades Negras da Bahia – CEN-BA; a Sra. **Bruna Ravenna Braga dos Santos**, representante do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS; a Sra. **Carlene Printes**, representante da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU; a Sra. **Deuzilia Pereira Coutinho Cruvinel**, representante do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado; o Sr. **Gilvan Ferreira de Souza**, representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA; o Sr. **Igor Correia dos Prazeres**, representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN; a Sra. **Iraneide Soares da Silva**, representante da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros – ABPN; o Sr. **Ivo Gregorio de Campos**, representante da Rede Amazônia Negra – RAN; a Sra. **Iyá Vera Soares**, representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – FONSANPOTMA; a Sra. **Karen Liliane do Nascimento**, representante do Movimento Negro Unificado – MNU; o Sr. **Marcos Túlio Costa Gattas**, representante da Associação Nacional das Mulheres Ciganas – ANMC; a Sra. **Maria Aparecida Ribeiro de Sousa**, representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; a Sra. **Maria Júlia Reis Nogueira**, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; a Sra. **Mãe Tuca D’Osoguiã** (Edmar Barbosa Bonfim), representante da Casa de Cultura Ilê Asé D’Osoguiã – CCIAO; o Sr. **Nuno Coelho de Alcantara Junior**, representante da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNs; o Sr. **Olumide Betinho** (Luís Alberto Ferreira Diaz), representante da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde –

RENAFRO SAÚDE; e o Sr. **Wanderson Flor do Nascimento**, representante de **notório saber**. Pelo poder público, marcaram presença a Sra. **Ana Beatriz Barbosa de Souza Paixão**, representante do **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI**; a Sra. **Anatalina Lourenço da Silva**, representante do **Ministério do Trabalho e Emprego – MTE**; a Sra. **Andréia Amorim Dias**, representante da **Secretaria-Geral da Presidência da República – SG/PR**; o Sr. **Anderson Luiz Alves de Oliveira (Quack)**, representante do **Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO**; a Sra. **Camilla Kely Pacheco Perpétuo**, representante do **Ministério das Comunicações – MCOM**; a Sra. **Cecília Bizerra Sousa**, representante da **Casa Civil da Presidência da República – CC/PR**; a Sra. **Claudia Regina Sala de Pinho**, representante do **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA**; o Sr. **Daniel de Oliveira Piza**, representante do **Ministério do Esporte – MESP**; e a Sra. **Daniela Luciana da Silva**, representante do **Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**; Sra. **Luciana da Silva**, representante do **Ministério da Integração e do esenvolvimento Regional – MIDR**; a Sra. **Eclesina Alalba Carvalho de Oliveira**, representante do **Ministério das Mulheres – MMulheres**; o Sr. **Nathanael de Souza e Silva**, representante do **Ministério das Relações Exteriores – MRE** e a Sra. **Priscilla dos Santos Rocha**, representante do **Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP**. Com a composição completa registrada em ata, foi verificada a existência de quórum necessário para a instalação dos trabalhos do Conselho, passando-se então às falas iniciais, informes e desenvolvimento das pautas previstas para o dia. A reunião teve início com a Sra. **Mariana Lais Duarte da Silva**, vice-presidenta do Conselho, que deu as boas-vindas às conselheiras e aos conselheiros presentes, justificando a ausência da **Ministra Anielle Franco**, que, em razão de compromissos com o lançamento do Programa Juventude Negra Viva, não pôde estar presente na abertura. Em seguida, a Vice-presidenta **Mariana Duarte** procedeu com a leitura da ordem do dia, informando que havia 22 (vinte e dois) conselheiros presentes, dos quais 17 (dezessete) representavam a sociedade civil. A pauta proposta foi lida integralmente e não houve manifestações contrárias à sua aprovação, sendo considerada aprovada por aclamação. Em seguida, a Sra. **Larissa da Cruz Santiago**, Secretária Executiva do CNPIR, solicitou a palavra e informou que havia tido problemas com seu computador, o que impossibilitou o acesso imediato a documentos, como as atas das reuniões anteriores. Relatou que buscaria resgatar os e-mails enviados anteriormente com os documentos em anexo, com destaque para o envio de um e-mail realizado no dia 8 de janeiro de 2025. A fala foi interrompida brevemente e a Sra. **Roberta Eugênio**, Secretária Executiva representante do Ministério da Igualdade Racial, informou que, diante do volume das atas — transcritas na íntegra —, propunha que sua leitura e aprovação fossem deslocadas para o período da tarde, a fim de garantir que todas e todos pudesseem reler os documentos com a devida atenção. A proposta foi acatada pela plenária, sem objeções, com a **Secretária Executiva Larissa Santiago**, reafirmando o envio do e-mail e se comprometendo a reenviá-lo. Em seguida, a Vice-presidenta **Mariana Duarte** passou a palavra à Sra. **Claudia Regina Pinho**, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) que se apresentou como secretária substituta da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e como diretora do Departamento de Gestão Socioambiental. Sua fala abordou a importância da transversalidade na construção das políticas ambientais em articulação com as pautas da

igualdade racial, destacando a parceria entre o MMA, o MIR e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) na construção do “**Círculo dos Povos**”, espaço estratégico voltado para a COP 30. Explicou que o MMA tem atuado no fortalecimento de políticas voltadas a povos e comunidades tradicionais, com especial atenção à retomada da construção do Plano Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, previsto no Decreto nº 6.040/2007, cuja primeira oficina foi realizada de 2 a 6 de junho, em Luziânia (GO), com a presença de mais de cem lideranças de diferentes segmentos. Destacou que o governo estava comprometido em fazer entregas concretas até o final da gestão e que a próxima oficina será realizada em agosto, em Brasília. A conselheira relatou também os esforços em curso para a destinação de florestas públicas da União, na Amazônia Legal, aos povos e comunidades tradicionais, o que incluía a elaboração de relatórios para garantir segurança jurídica à ocupação desses territórios. Informou que havia 130 demandas mapeadas e que 19 relatórios estavam em fase de elaboração, com previsão de entrega ainda este ano. Apontou também que, para além dos territórios indígenas, a destinação precisava incluir comunidades quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, entre outras. Ao concluir sua intervenção, apresentou o programa “**Comunidades +**”, vertente do projeto “**Florestas +**”, que busca financiar projetos desenvolvidos diretamente pelas comunidades tradicionais, com recursos oriundos do mercado de carbono. Disse que há 40 projetos em andamento, quase todos na Amazônia Legal, e que o diferencial da nova fase seria permitir maior protagonismo das comunidades na concepção, execução e fiscalização das ações. Com o término da apresentação da **Sra. Claudia Pinho, a Vice-presidenta Mariana Duarte** abriu espaço para manifestações dos conselheiros. A **Conselheira Mãe Tuca D'Osoguiã** retomou as experiências acumuladas no período de 2013 a 2015, apontando que havia elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro que poderia ser atualizado, evitando o retrabalho de começar um novo documento do zero. O **Conselheiro Igor dos Prazeres** reforçou a fala anterior e pontuou a necessidade de vincular o plano ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), de forma que as políticas voltadas aos povos e comunidades tradicionais fossem efetivadas com base nos acúmulos já produzidos pelos movimentos sociais negros.

O **Conselheiro Gilvan Ferreira de Souza** apresentou críticas à ausência de ações específicas voltadas às florestas urbanas, sobretudo no contexto das comunidades negras afetadas por grandes empreendimentos ou megaprojetos, muitos deles localizados em áreas da União. Defendeu também a ratificação do **Acordo de Escazú** como instrumento essencial de defesa dos territórios. A **Conselheira Carlene Printes** questionou os critérios adotados na distribuição geográfica dos projetos do programa “**Comunidades +**”, indagando por que a região Norte parecia ter sido pouco contemplada, e reforçou a urgência de respostas concretas diante das emergências climáticas que afetam os territórios quilombolas e ribeirinhos. A **Conselheira Claudia Pinho** respondeu ponto a ponto as questões apresentadas. Afirmou que os planos anteriores estão sendo utilizados como referência técnica e que foi contratada uma consultoria para mapear o conteúdo do PPA e verificar em que medida ele abrange ações voltadas a povos e comunidades tradicionais. Disse que o banco de propostas do programa “**Florestas +**” foi herdado da gestão anterior e que os critérios de seleção ainda se baseiam em dados de 2022, o que explicava a concentração dos projetos na Amazônia Legal. No entanto,

informou que o novo ciclo de projetos contemplará outros biomas e regiões, e que novas chamadas públicas permitirão maior inclusão de comunidades tradicionais negras, quilombolas e extrativistas. Ao final da rodada de falas, a palavra foi concedida ao **Notório Saber Wanderson Flor do Nascimento**, que parabenizou a fala da representante do MMA e relatou os avanços das oficinas realizadas com os povos tradicionais, destacando a importância do diálogo contínuo entre os órgãos ambientais e as lideranças comunitárias. Em continuidade à reunião, o **Conselheiro Olumidê Betinho** abordou a necessidade urgente de atenção às emergências climáticas e aos efeitos do racismo ambiental, com destaque para a situação enfrentada no Rio Grande do Sul, onde terreiros foram fortemente atingidos pela crise climática recente. Apontou que, apesar da gravidade do cenário, a participação da sociedade civil, sobretudo dos segmentos mais vulnerabilizados, não estava prevista nos mecanismos formais de resposta, o que exigia um olhar mais atento e incisivo por parte do CNPIR. Ressaltou a importância de o Conselho considerar com seriedade a inclusão desses grupos nas instâncias de decisão, especialmente no contexto da implementação da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro. Em seguida, a **Conselheira Bruna Ravena** trouxe para o debate o recorte das pessoas LGBT, com ênfase nas mulheres trans, destacando a invisibilização sistemática desses grupos mesmo no interior dos próprios povos tradicionais. Alertou que, embora se discuta amplamente planos voltados para mulheres, pessoas LGBT e para a população negra, esses instrumentos frequentemente não dialogam entre si e não incorporam de forma transversal as especificidades da população trans. Questionou como os seminários e encontros planejados garantiriam uma abordagem interseccional e efetivamente inclusiva, especialmente considerando os prazos curtos até o final do ano para entrega dos referidos planos. O **Conselheiro Ivo Gregório** fez uma breve intervenção a respeito das realidades locais enfrentadas pela Rede Amazônia Negra, reforçando o impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre os territórios tradicionais e a necessidade de ações articuladas entre diferentes conselhos e ministérios. Na sequência, o **Conselheiro Igor dos Prazeres** fez questionamentos sobre as estratégias de diálogo e articulação entre as políticas públicas e as comunidades afetadas. Destacou a importância da circularidade do cuidado, considerando o papel histórico das mulheres negras como principais cuidadoras, e apontou a necessidade de um modelo de participação que reflita essas práticas nos espaços institucionais. A **Conselheira Claudia Regina Pinho** tomou a palavra para comentar que, apesar de sua trajetória como professora e conselheira representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, percebia que temáticas relevantes para as comunidades tradicionais ainda não estavam devidamente contempladas nos principais instrumentos de planejamento do governo, como o Plano Plurianual (PPA). Sinalizou a urgência de incorporar de forma concreta essas pautas dentro das estruturas formais de gestão e planejamento. Encerrando essa etapa, a **Sra. Sheila de Carvalho**, Secretária Nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública fez uma exposição mais extensa, com aproximadamente dez minutos de fala, na qual aprofundou a discussão sobre a participação social e o desenho institucional das políticas públicas voltadas para a igualdade racial, especialmente diante das complexas relações entre governo, sociedade civil e territórios em vulnerabilidade. A **Sra. Sheila de Carvalho** destacou a estruturação de três frentes principais para levar serviços de cidadania e atendimento jurídico aos territórios periféricos e mais

afastados, enfatizando que a proposta visa tornar a Defensoria acessível à população, invertendo a lógica tradicional de atendimento. Relatou que entre os principais projetos em andamento estavam ações voltadas para a população quilombola, indígena, LGBT e comunidades de terreiro, com ênfase no combate à intolerância religiosa. Ela também tratou de iniciativas em parceria com as defensorias públicas e a OAB, voltadas à regularização jurídica de organizações da sociedade civil, com atenção especial às entidades negras. Mencionou ainda frentes importantes no campo da segurança pública, como o fortalecimento de ações contra a violência institucional, o apoio a núcleos especializados, e a implementação de perícias independentes para investigar casos de violência policial, como na **Operação Verão**. Ressaltou o desenvolvimento de ações de atenção à saúde mental de policiais, destacando que muitos desses profissionais são negros, e, portanto, necessitam de cuidado especializado para desempenhar suas funções. Dentro dessa mesma pauta, apresentou o **projeto Mirante**, que busca elucidar casos de violência institucional, promovendo a produção de provas de forma independente. Informou ainda que a Secretaria tem atuado em projetos de empoderamento jurídico comunitário, com bolsas para formação de jovens e mulheres como agentes populares de justiça em seus territórios. Cada módulo de formação prevê a realização de ações práticas, reforçando o protagonismo local. Proseguiu tratando da revitalização do **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**, relatando que o orçamento atual de 40 milhões de reais contrasta drasticamente com os 2 bilhões de reais que já foram destinados em gestões passadas. Explicou que, mesmo com esse desafio, estão sendo implementados espaços de convivência nos territórios, serviços voltados à juventude, mulheres e programas específicos como o PRONASCI Juventude, voltado ao atendimento psicossocial de jovens em alta vulnerabilidade. Outro destaque foi a formação de agentes comunitários de justiça, com duração de 10 meses, oferecendo conhecimento sobre direitos e como reivindicá-los, incentivando a realização de ações práticas de justiça comunitária. Encerrou destacando o plano **Pena Justa**, fruto da ADPF 347 do STF, que reconheceu a inconstitucionalidade do sistema prisional brasileiro. Explicou que o plano visa a atenção à porta de saída do sistema, com foco nos egressos, sendo financiado pelo Fundo Nacional Penitenciário, embora ainda enfrente resistência de alguns estados. Após a fala da **Sra. Sheila de Carvalho**, a Vice-presidenta **Marina Duarte**, vice-presidenta do CNPIR, abriu a lista de inscrições. O **Sr. Marcos Túlio Costa Gattas**, representante da Associação Nacional das Mulheres Ciganas, fez uma intervenção voltada à fala da **Sra. Sheila de Carvalho**, questionando de que forma as ações expostas contemplariam especificamente a população cigana, e se haveria metodologias próprias para atender a esse público em nível nacional. A Vice-presidenta **Marina Duarte** agradeceu e deu prosseguimento à inscrição seguinte. A **Conselheira Maria Júlia** trouxe à reflexão a grave situação da população carcerária no Brasil, destacando a necessidade urgente da atuação do Conselho nesse tema. Reforçou que havia uma questão específica que precisava ser tratada. A **Conselheira Bruna Ravenna** parabenizou os avanços até então discutidos e questionou sobre os prazos para a efetiva **implementação “carretas”** de direito. Trouxe a perspectiva sobre a faixa etária dos projetos de formação para pessoas idosas e pessoas da comunidade LBG, com a necessidade de inclusão de mais pessoas. Na sequência, a **Conselheira Deuzília Cruvinel**, representando o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, manifestou-se, perguntando quantos habitantes são necessários para que haja uma

defensoria pública num município. E apresenta brevemente o **projeto Raízes do Tribunal de justiça de Goiás**. E pergunta sobre o que há no Ministério da Justiça para o trabalho com os agentes de segurança?. O **Conselheiro Gilvan Ferreira** fez uma intervenção trazendo a importância de um diagnóstico preciso sobre a questão abordada e, de forma crítica, utilizou a referência ao rapper MC Poze do Rodo como símbolo de uma juventude negra criminalizada. A **Vice-presidenta Marina Duarte** informou que as inscrições para falas estavam encerradas naquele momento e pediu atenção ao tempo restante da reunião. O **Conselheiro Ivo Gregorio de Campos** comentou sobre a realidade da população negra no estado do Mato Grosso. O **Conselheiro Nuno Coelho** também realizou sua intervenção, fala sobre a conferência e o eixo sobre Justiça. Abre um debate sobre segurança pública e acesso a justiça sendo debatidas nas Plenárias e Conferências territoriais. Relembra o **pedido de audiência pública sobre o tema da PEC da Segurança Pública**, e solicita atualizações sobre o pedido. Em seguida, o **Conselheiro Igor Correia dos Prazeres** parabeniza e agradece a Secretaria de Acesso à Justiça, abordando em seguida a pauta sobre a criminalização da cultura periférica e o uso de nomenclaturas como “narco”. Parabeniza a iniciativa da **Rede COMPASZ**. Expressa preocupação com o recuo do orçamento do Pronasci. Pergunta o que o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) pode fazer pela implantação e ampliação da cultura de paz na segurança pública. Questiona também sobre a implementação da **DECRAVIS** para combate do racismo religioso, com a criação de delegacias estaduais. A **conselheira Iyá Vera** agradece, mas ressalta que uma semana é pouco para o diálogo com o MJ. **Encaminha uma demanda urgente: como iniciar o resgate e respeito às tradições de matriz africana junto às plataformas de mídias digitais, combatendo a perpetuação de estereótipos e limitando as violências contra essa população?** Sr. **Antônio Herculano** parabeniza a Secretaria e, situando sua fala a partir de seu local de origem, lamenta a descontinuação do programa de Polícia Comunitária. Coloca em debate o armamento das Guardas Municipais. O Conselho Nacional de Entidades (CEN) sugere que a formação dos agentes de segurança (praças, oficiais e delegados). Questiona como os recursos e projetos do MJ podem chegar aos estados, municípios e entidades. Pergunta ainda como o MJ cuida dos agentes de segurança pública. Afirma que o tempo é insuficiente para a complexidade do tema e reforça a importância da visibilidade das ações de segurança pública nos estados. O **Conselheiro Olumidê Betinho** enfatiza a importância da presença do MJ e da pauta que precisa ser desenvolvida. Menciona o distanciamento no acesso e atendimento, especialmente para as comunidades. Destaca a burocracia e a dificuldade dos povos de terreiro com as Defensorias no estado, sobretudo em relação às nomenclaturas. Pergunta como se dá o diálogo com o Ministério Público (MP) sobre temas como racismo, racismo religioso e pautas envolvendo povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro. A **Conselheira Mãe Tuca** parabeniza, agradece e complementa a fala de Maria Julia. Coloca que a Defensoria é a porta de entrada para o Judiciário. Questiona se existe algum plano de ação para capacitação dos defensores públicos no atendimento a quilombolas, povos ciganos e matriz africana. A Vice-Presidente **Marina Duarte** agradece a fala, acolhe a Conselheira Priscila e destaca a importância da presença de um membro do MJ no Conselho. Expressa preocupação com a violência institucional e coloca o tema da Segurança Pública na Conferência. Apresenta as problemáticas da Bahia, mencionando a violência contra a população negra e a negação de apoio do Estado às famílias

vítimas. Entende que o MJ precisa cuidar do país, mas que o governo federal deve atuar junto aos Estados em situação de calamidade. Questiona como o MJ está pensando os Estados que demandam urgência de intervenção. A convidada **Sra. Sheila de Carvalho** responde, destacando o trabalho da Defensoria Pública e a meta de levar o projeto aos municípios e periferias. Informa o prazo de contratação e construção das carretas e o cronograma do Paraná. Sobre as Ouvidorias, reforça a necessidade de fortalecer esses espaços. As penas alternativas estão incluídas no programa Pena Justa, que abrange o Habeas Corpus das Mães cumprindo penas alternativas, e sugere consultar o programa para mais detalhes. Menciona o Protocolo com perspectiva de raça e gênero dentro do CNJ e o diálogo para sua implementação nos tribunais de justiça, visando impacto nos julgamentos. A iniciativa de defensores populares trabalha com todos os segmentos, com direcionamento para contemplar a População LGBT, citando como exemplo a professora pedagógica mulher trans na Unilab, no Ceará. Em resposta à pergunta do conselheiro Gilvan, relata sobre a coleta de dados de raça no sistema prisional e informa que a amostragem dos agentes de segurança está prevista para 2025. O MJ está aprimorando a coleta de dados nos aparelhos penitenciários e na segurança pública. Sobre a proteção e fortalecimento dos defensores de segurança pública, informa que o tema é tratado junto ao MDHC e que o caso relatado por Gilvan foi apresentado no GT Salles Pimenta. A convidada também ressalta a atenção e o apoio do MJ à proteção de crianças e adolescentes, conforme colocado por **Ivo Gregório**, destacando o “Pacto pela Escuta Protegida” para aprimorar o acesso à justiça a jovens. Afirma que o orçamento é disputado no Congresso Nacional, sendo necessário que o Conselho dispute esse espaço para o direcionamento de recursos ao Pronasci. Sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), diz ser prioridade do governo Lula, com muitas conversas e tratativas com os Governadores. A PEC é vista como necessária para que as diretrizes nacionais sejam respeitadas pelos Estados, buscando um Sistema Único de Segurança Pública (Susp) organizado para articular aparatos, protocolos e iniciativas. Menciona o Atlas da Violência e o aumento do feminicídio e de mortes de jovens negros. Fala das Salas Lilás e das recomendações para as delegacias da mulher, com aparato e protocolos, e da Portaria para regulamentar essa iniciativa, efetuando o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para os Estados. Relata a existência de narrativa e aporte de deputados para barrar e criminalizar a Portaria, rotulando-a como “abortoduto do Lula”. Questiona: se 10% do FNSP deve ser gasto com a proteção à violência contra a mulher, por que não há um percentual para as pessoas negras? Sobre formação, há parceria com associações de Defensorias, Conselho de Justiça e Conselho do Ministério Público. A **Sr Sheila de Carvalho** também convidou o CNPIR para, em setembro participar do Encontro Nacional para Estratégia Nacional de Justiça – na segunda semana de setembro – e afirma que irá formalizar o convite. A mesma também informou que está sendo Consolidada uma Cartilha de Acesso à Justiça para os grupos (indígenas, PCTMAT, Ciganos) que estão sendo construídas com a participação social. Sobre a Políticas de reparação: afirmou que este é um desafio para o país e que sua Secretaria está trabalhando para que a reparação seja parte da Estratégia Nacional de Acesso a Justiça – pensando reparação no sentido coletivo e comunitário, citando a Convenção Iberoamericana de Acesso a Justiça – onde o Ministério da Justiça sugeriu através de uma carta a inclusão de pessoas negras nessa convenção e a inclusão de mecanismos de justiça restaurativa no documento da Convenção. Um outro participante interveio mencionando

o “programa Polícia Amiga”, que pareceu ter ligação com o tema abordado. A **Secretária Executiva Roberta Eugenio** encerrou a rodada de falas, agradecendo a contribuição da **Sra. Sheila de Carvalho**, reconhecendo o valor do que foi apresentado, e aproveitou o momento para fazer dois informes finais. Em seguida, a **Sra. Roberta Eugenio** comunicou o encerramento das atividades matutinas às 12h56, convidando os participantes para a pausa de almoço. A retomada da reunião após o intervalo para o almoço foi iniciada pela **Sra. Roberta Eugenio**, Secretária Executiva do Ministério da Igualdade Racial, que fez considerações introdutórias sobre o próximo ponto de pauta: a apresentação do quadro orçamentário do Ministério da Igualdade Racial (MI) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNAPIR), bem como a indicação de representantes para o Comitê Gestor do Programa Rotas Negras. A secretaria explicou que o objetivo da apresentação era oferecer uma visão geral do orçamento, contextualizando os cortes decorrentes do contingenciamento federal, bem como prestar contas e fornecer subsídios ao Conselho para acompanhamento das políticas públicas da pasta. Em seguida, passou a palavra ao **Sr. João Victor**, Diretor de Gestão e Administração do MIR, que projetou uma apresentação com dados detalhados sobre o impacto do Decreto de Contingenciamento publicado em 30 de maio, o qual impôs um bloqueio de R\$ 31,3 bilhões em nível federal, sendo R\$ 45,3 milhões especificamente no orçamento discricionário do MIR, o que corresponde a 24,8% da dotação inicial. Ele ressaltou que o corte foi proporcional à média dos demais ministérios e assegurou que o orçamento da 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (5ª CONAPIR) foi integralmente preservado, inclusive com suplementação em andamento. A apresentação seguiu com detalhamento dos cortes por ação orçamentária, destacando que áreas como a SEPAR (Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas) e a Ouvidoria, que sofreram impactos relevantes, o que comprometeria, por exemplo, a implantação do canal Disque 138. No entanto, assegurou-se que as atividades básicas da Ouvidoria não seriam interrompidas. Ações de publicidade também foram impactadas. Em seguida, a **Sra. Roberta Eugênio** enfatizou que a racionalidade dos cortes priorizou a continuidade de políticas estruturantes, como bolsas de estudo, planos de gestão territorial e ambiental, ações de titulação e formação, além da realização da **5ª CONAPIR** e da **Marcha Nacional de Mulheres Negras**. Reforçou também o compromisso com a manutenção do funcionamento do Conselho e da participação social. A **Chefe de Assessoria Especial Raquel Barros**, integrante da equipe do Ministério, reiterou a fala da secretaria, destacou a importância da boa execução orçamentária e apontou a CONAPIR como prioridade absoluta do Ministério para 2025. O **Conselheiro Igor dos Prazeres**, conselheiro da CONEM, parabenizou a equipe pela suplementação destinada à CONAPIR, reforçando seu papel como principal entrega do Conselho. Questionou, entretanto, sobre o impacto do corte na SEPAR e solicitou maior detalhamento do que já foi empenhado, liquidado e do que ainda está disponível para execução. Também cobrou a finalização do plano logístico da etapa nacional da conferência. O **Diretor João Victor** respondeu que os valores apresentados como disponíveis já descontam os montantes empenhados e descentralizados, e que seria providenciado um quadro complementar para ilustrar o panorama geral. A **Secretária Roberta Eugenio** explicou que a ação da Juventude Negra Viva, também vinculada à SEPAR, está mantida, o que dilui o impacto aparente sobre a secretaria. Informou ainda que dos R\$45 milhões bloqueados, R\$36 milhões estão contingenciados, havendo possibilidade futura de liberação parcial, embora a

equipe esteja orientada a não contar com essa hipótese. O **Sr. Marcos Gattas**, do segmento dos povos ciganos, questionou sobre a ausência de ações visíveis destinadas à população cigana no orçamento e sobre a garantia da plenária específica do segmento. Em resposta, a **Secretaria Executiva Roberta Eugênio** afirmou que a política voltada aos povos ciganos está incluída dentro da ação orçamentária da Secretaria para quilombolas, povos de terreiro e comunidades de matriz africana, e que o orçamento da plenária cigana está preservado, por integrar o orçamento geral do Conselho e da 5^a CONAPIR. A conselheira **Karen Nascimento** levantou dúvidas sobre o destino dos recursos em caso de desbloqueio. A Secretaria Executiva **Roberta Eugênio** respondeu que o planejamento do Ministério já foi estruturado para além dos 100% dos recursos disponíveis, considerando possíveis desbloqueios. Afirmando que o trabalho de execução segue, e, caso haja descontingenciamento, as políticas já planejadas poderão ser executadas de imediato. Foi exibida uma planilha interna de planejamento estratégico para exemplificar esse cenário. O conselheiro **Sr. Igor dos Prazeres** sugeriu que o Conselho, por meio da articulação com a Secretaria de Participação Social da Presidência, atue em uma campanha nacional para valorização do PPA Participativo, com vistas a garantir mais orçamento para a população negra. O **Sr. Antônio Herculano**, do Coletivo de Entidades Negras, questionou sobre a possibilidade de o Ministério receber apoio de empresas privadas. A **Sra. Roberta Eugênio** informou que há parcerias com bancos e organizações, mas que o financiamento da política pública deve vir majoritariamente do orçamento público ou emendas parlamentares, assegurando lisura, continuidade e controle institucional. O apoio privado seria possível em ações pontuais, como eventos culturais ou materiais de divulgação, mas não como fonte primária das ações do Ministério. Encerrando, a **Secretaria Roberta Eugenio** acolheu a proposta do conselheiro Igor para articulação com a Secretaria de Participação Social e sugeriu uma reunião específica com membros do Conselho para fortalecer a incidência no PPA Participativo e no Fórum Interconselhos. A **Sra Larissa Santiago**, Secretária Executiva do CNPIR, apresentou a programação orçamentária referente ao apoio às reuniões do pleno, das comissões permanentes e dos grupos de trabalho, no âmbito da Ação Orçamentária PO 0001. Foi informado que os dados apresentados referem-se ao período de maio a outubro de 2025, uma vez que a orientação recebida do Ministério da Igualdade Racial (MIR) é de planejamento em blocos quadrimestrais. Destacou-se que o valor total programado para o período era de R\$ 516.840,61, sendo: R\$391.000,00 destinados a diárias e passagens das reuniões ordinárias; R\$55.000,00 para as reuniões da Mesa Diretora; R\$20.000,00 para deslocamentos da Secretaria Executiva e da Coordenação; R\$50.000,00 para colaboradores eventuais, incluindo visitas a outros conselhos e deslocamentos internacionais. A **Secretaria Executiva Larissa Santiago** também pontuou que parte da verba da conferência foi empenhada no ano anterior, sendo relevante que o conselho compreendesse a diferença entre o orçamento das reuniões ordinárias e o orçamento específico da 5^a Conferência Nacional. A seguir, a **Conselheira Iraneide Soares**, expressou preocupação com a sistemática de emissão tardia de passagens, o que resultava em custos significativamente elevados, sugeriu-se que fosse estabelecido um prazo de 10 dias para envio das prestações de contas, e, em caso de não cumprimento, que houvesse substituição pelo suplente, conforme ocorre em outros conselhos. O **Conselheiro Igor dos Prazeres** reforçou a necessidade de cumprimento do planejamento de datas previamente acordadas, destacando que alterações de última hora

prejudicaram conselheiros(as) que conciliavam sua participação com compromissos profissionais e pessoais. Também sublinhou a importância da solidariedade entre os pares, citando um exemplo de um suplente que enfrentou dificuldades em prestar contas por questões de acesso. A **Conselheira Mãe Tuca**, da Casa de Cultura D'Osoguiã, compartilhou sua indignação diante dos altos valores de passagens emitidas com pouca antecedência, apontando para a necessidade de organização e responsabilização coletiva no processo. Relembrou a existência de conselhos que operam com maior previsibilidade e menores custos. A **Conselheira Bruna Ravena** fez um comparativo com outros sistemas utilizados em conselhos vinculados ao Ministério da Saúde e sugeriu a adoção de ferramentas digitais que permitissem maior agilidade na prestação de contas. Destacou que o não cumprimento do prazo de 7 dias resultava em inadimplência automática, e que o envio de formulários online poderia ser substituído por sistemas mais eficientes. A **Secretária Executiva Larissa Santiago** respondeu, informando que a suspensão do preenchimento de relatórios por parte da Secretaria Executiva se devia à necessidade de qualificar os dados para o Plano Plurianual Participativo (PPA). Reforçou que os(as) conselheiros(as) deveriam assumir a responsabilidade pelo preenchimento, de forma que os dados refletissem a execução real das ações do Conselho no âmbito do Ministério da Igualdade Racial e demais órgãos federais. A **Secretária Executiva Roberta Eugênio** complementou, alertando que o sistema atual, ColaboraGov, exigia o envio tempestivo da prestação de contas e que atrasos impactam a viabilidade de programação futura. Observou-se que o quórum do Conselho era instável e que, caso houvesse maior regularidade, seria possível até considerar o modelo híbrido de participação. A **Conselheira Maria Júlia** sugeriu que o formulário de prestação de contas fosse distribuído já no segundo dia das reuniões, possibilitando o preenchimento imediato por quem estivesse presente. Na sequência, a reunião foi registrada, por meio do **Conselheiro Wanderson Flor**, a notícia do falecimento da **Profª Joselina da Silva**, referência nacional no debate sobre educação antirracista, feminismo negro e integrante de comunidades de axé. O **Conselheiro Anderson Luiz** e a **Conselheira Iraneide Soares** destacaram sua trajetória acadêmica, militância e legado intelectual, encerrando com a manifestação simbólica de “**Joselina, presente!**”. A **Vice-presidenta, Marina Duarte** retomou os trabalhos, questionando se havia mais alguma contribuição a ser feita. **Marina Duarte**, então, passou a palavra à **Secretária Executiva Larissa Santiago** que apresentou o Estado da Arte da 5ª CONAPIR, dando ênfase as Plenárias Temáticas, chamando atenção também as Etapas Estaduais, Etapas Digitais e as últimas publicações atualizadas no Participa+. Foi iniciado o relato das Subcomissões a começar pela Subcomissão de Metodologia, onde a **Sra, Mãe Tuca**, representando o **Coordenador Airton Ferreira**, que não pode comparecer a reunião, relembrou sobre as reuniões acontecidas todas as terças-feiras às 10h, enfatizando a existência dos relatórios de atas no drive do google organizado pela SE/CNPIR e FLACSO; Também relatou sobre a reunião conjunta com a Subcomissão de Mobilização na última quinta-feira com avaliação da Plenária de PCTMAT – arrazoando sobre a conferência ser uma grande engrenagem e cada plenária ser uma peça que se encaixa. Faz um pedido para que os Conselheiros que estiverem ali presentes sejam pessoas que trabalhem, conhecendo profundamente do regimento e das resoluções. A **Conselheira Carlene Printes**, pediu a fala e abordou questões relacionadas à área temática dos quilombolas, perguntando sobre o status atual da logística e da metodologia, ressaltando a importância de

consolidar os encaminhamentos e garantir representatividade nas discussões em curso. Na sequência, o **Conselheiro Nuno Coelho** tomou a palavra para reforçar relatar seu trabalho sobre a recomposição das Subcomissões, alertando para a urgência da substituição dos nomes que não estão de fato trabalhando, além da republicação da Resolução 42. A **Secretária Executiva Larissa Santiago** também se manifestou, contribuindo com observações sobre os procedimentos de recomposição das Subcomissões, alertando que **Eliane Dias** foi uma das responsáveis por rever, junto ao MIR, a substituição dos servidores que não estão atuando. O **Conselheiro Nuno Coelho** concluiu sua participação dirigindo-se à vice-presidência, afirmando que o conselho não poderia encerrar os trabalhos do dia sem deliberar sobre a estruturação das subcomissões. A **Conselheira Deuzília Pereira** acrescentou que, desde o início da atual gestão, sua Subcomissão (logística) permaneceu relativamente inativa, indicando a urgência de reestruturação e de um plano de ação mais efetivo. Trouxe informações sobre as decisões para verificar a planta baixa desenhada para a Etapa Nacional, além da preocupação com a Feira de Expositores. Também apontou sobre a existência dos relatórios da subcomissão no drive do google drive, arrazoando sobre a definição do Centro de Convenções Ulysses Guimarães como o espaço da Etapa Nacional, a definição da alimentação e suas especificidades, além de relatar sobre na última reunião ter sido apreciado o Edital para a Feira com 25 standes e 5 para as instituições - Ministérios/Parceiros. **A subcomissão pediu o aumento de vagas para os Expositores, em que a conclusão foi que devido o espaço, não conseguiram aumentar.** Houve também o pedido para a **garantida da alimentação para os expositores**, já que os mesmos virão com recursos próprios. Encerrando a sequência de falas, o **Conselheiro Igor dos Prazeres** retomou a palavra para reforçar que, além da recomposição das Subcomissões, era preciso discutir com objetividade a contratação de equipe técnica e a formalização das estruturas que dariam suporte à atuação do colegiado, reforçando a necessidade de ser apresentado ao CNPIR um Plano Logístico, além da necessidade de diálogo com a equipe de planejamento de contratação para saber do passo a passo. Apontou que não presenciou nenhuma discussão sobre as Plenárias Temáticas dentro da subcomissão de logística - e coloca sobre sua preocupação em caso de haver qualquer problema logístico, a subcomissão ser responsabilizada. Argumentou sobre o trabalho da Flacso e pediu para entender quais produtos serão entregues e quando o Conselho deverá receber os contratos, perguntando objetivamente como se darão os contratos? Já que após a execução, a Subcomissão de Logística também poderá ser responsabilizada. Dando continuidade à reunião, a **Conselheira Iyá Vera Soares**, coordenadora da Subcomissão de Mobilização, tomou a palavra para tratar da **necessidade de garantir a oferta de alimentação adequada durante a Etapa Nacional da 5ª CONAPIR**, relatando os desafios que tem sido as Plenárias Temáticas. Em seguida, o **Sr. Nuno Coelho** indagou sobre a metodologia e a infraestrutura para o Edital dos Expositores, tentando entender se será um edital local ou nacional, sendo acompanhado pelo **Sr. Igor Correia dos Prazeres**, que respondeu sobre o Edital ser público e nacional. A conselheira **Sra. Andréia Amorim Dias** relatou sobre sua preocupação em relação a **alimentação da Etapa Nacional** e os desafios que são específicos das pessoas negras. Apontou também sobre o acompanhamento da Secretaria-Geral da Presidência com o programa das **Cozinhas Solidárias**, que agora está sendo ampliado para **Cozinhas Sustentáveis**. Arrazoou que dentro das características do programa não estão previstos a distribuição de alimentação para eventos,

mas pondera sobre a possibilidade de distribuição de cartões (Convênio com BNDS) no valor de 55 reais por dia para alimentação, como foi feito nos eventos da COP, no Rio de Janeiro; Também perguntou sobre o transporte dos expositores, apontando a preocupação com este traslado. E por fim, argumentou que o CONSEA (**Conselho Nacional de Segurança Alimentar**) não realiza essa distribuição de alimentos para grandes eventos e **sugeriu contato com MST para avaliação de possibilidades**. Em seguida a manifestação do **Conselheiro Gilvan Ferreira de Souza** que apontou sobre a necessidade das subcomissões dialogarem, para que problemas não recaiam sobre todo o Conselho, apontando que se houve problema na Plenária de Mulheres, o problema é de todo o CNPIR. A **Vice-presidenta, Marina Duarte** retomou a discussão apresentada pelo **Conselheiro Igor dos Prazeres**, sobre a existência da Comissão que revisou o Regimento da 5ª CONAPIR, afirmando que o Pleno aprovou o referido regimento, apresentando o Artigo 11 da Resolução Nº 43 de 6 de fevereiro de 2025 “**Da Comissão Organizadora Nacional**” e a leu. Apontou que a CON tem maioria os servidores do MIR e colocou sobre sua pessoal cobrança para a **Secretaria Executiva** do MIR para **uma reunião de avaliação com entre o Ministério, o CNPIR, a Flacso e a Produtora**, rememorando que **a mesma ainda não aconteceu** e por fim encaminhou a **necessidade de ser apresentado na CON o que ainda precisa ser feito pela Flacso e pela OEI para assim fique inteligível**. Igor dos Prazeres também comentou que se recorda da aprovação da participação dos Conselheiros em todas as Plenárias. Informou que as decisões da CON precisam ser submetidas ao Pleno que é a instância maior do que a **Comissão Organizadora Nacional**, argumentando que a CON delibera sobre casos omissos, e explicou que quando tratamos de outras questões, o Pleno precisa aprovar, enfatizando que não é prudente colocar as Subcomissões a revelia das decisões. O **Conselheiro Olumidê Betinho** argumentou sobre sua preocupação com as decisões ad referendum, apontando sobre a aprovação da composição da CON, onde a **Sociedade Civil** ficou num número totalmente desproporcional, apontando a necessidade de consertar esta desproporcionalidade. A **Conselheira Bruna Ravenna** encaminhou que se delimitasse a participação do governo nas **Plenárias Temáticas** de, no máximo, 10% e na sequência, o **Conselheiro Nuno Coelho** apontou sobre a **Sociedade Civil** poder fazer indicações através das Subcomissões para as **Plenárias Temáticas**, e como em alguns casos, os Conselheiros tem demorado de indicar. A **Vice-presidenta Marina Duarte** encaminhou a extensão do prazo para as indicações das Subcomissões para as Plenárias Temáticas e passou a palavra para o **Conselheiro Igor dos Prazeres**, que fez a leitura da **Nota em Solidariedade a Ministra Marina Silva**. A Vice-presidenta organizou a **votação e por unanimidade (23 Conselheiros)** a **Nota foi aprovada para ser publicada**. A **Sra. Laila Carvalho**, Diretora de Políticas e Ações Afirmativas, comunicou que teria dificuldades para permanecer na reunião, o que motivou a **Secretária Executiva Larissa Santiago** a questionar se seria possível reorganizar a pauta para garantir sua participação nas discussões. Com a anuência do grupo, ficou acordado o ajuste da ordem do segundo dia, encerrando-se assim os trabalhos. Na data do **dia 17 de junho de 2025, às 10h00**, em Brasília/DF, teve início o segundo e último dia da **92ª Reunião Ordinária** do Conselho Nacional de Promoção da **Igualdade Racial – CNPIR**, presidida pela **Ministra e Presidente Anielle Franco** que trouxe a informação sobre adesão do município de Niterói ao **Plano Juventude Negra Viva** e pela **Vice-presidenta Marina Duarte**, que saudou os Orixás

do dia, apresentou a ordem do dia e desejou ao pleno uma excelente reunião. Os trabalhos foram abertos com uma breve conversa entre a **Secretária Executiva Roberta Eugenio** e o **Conselheiro Antonio Herculano**, tratando sobre a questão de ordem sobre a **presença da Flacso e da OEI na reunião do Pleno**. A Ministra da Igualdade Racial e Presidente do Conselho, a Sra. **Anielle Franco**, fez um preâmbulo sobre a recondução do CNPIR e reforçou que os mandatos das cadeiras pertencem às organizações representadas, e não a indivíduos específicos. A **Vice-presidenta Marina Duarte** complementou a fala da ministra, reiterando que os assentos são atribuídos às entidades da sociedade civil e que a legitimidade está na representatividade institucional. Em seguida, a **Secretária Executiva Larissa Santiago**, fez uso da palavra rememorando a pauta do dia. **Marina Duarte** comentou sobre a questão da recondução e abriu as inscrições para as manifestações dos conselheiros. A **Conselheira Mãe Tuca D'Osoguiã** foi a primeira a se inscrever, trazendo uma fala potente sobre a construção histórica do movimento negro na formulação das políticas públicas e no fortalecimento das instituições de participação social. Em sua visão, tudo o que estava sendo construído era resultado direto da mobilização dos movimentos negros em diversas frentes de atuação. Apontou sobre a necessidade da manutenção da gestão deste biênio para encaminhar as propostas da 5ª CONAPIR, além de argumentar que esses dois anos serviram para que o CNPIR amadurecesse. Após sua intervenção, o **Conselheiro Nuno Coelho** destacou a importância de assegurar a permanência das organizações representativas, defendendo critérios objetivos e igualitários para os processos de recondução. Relatou que em outra gestão já houve um processo igual a esse e reembrou que a recondução é das mesmas organizações, assim como trata o Regimento Interno do CNPIR. Relatou também sobre os processos de apagamento de memórias, das memórias institucionais e retomada de documentos, como importante para a perpetuação das políticas. Arguiu que, caso o pleno aprove a recondução, o CNPIR estará presente no primeiro ano de gestão do próximo governo. Rememorou sobre o planejamento interno do CNPIR e do prosseguimento das atividades com a CONAPIR, argumentou também sobre o Encontro Nacional de Conselhos e afirmou que não sairá enquanto o Fórum de Conselhos (FIPIR) não for instalado. A **Conselheira Maria Julia** trouxe considerações sobre a proposta de recondução, informando que deveria ser um pleito do Conselho uma uniformização de mandatos na Esplanada a ser apresentado no Fórum Interconselhos. Afirmou se sentir orgulhosa por ter sido expulsa do CNPIR na gestão Bolsonaro e apresentou um histórico sobre a Conferência que deveria ter acontecido em maio, justificando sobre as adequações que foram necessárias e apontou que as ações do CNPIR e suas entregas culminarão com a realização da 5ª Conferência. Argumentou que se este mandato finalizar em maio, a entrega deste biênio deverá ter sido “apenas” a conferência. E por fim, colocou que as cadeiras são das entidades, e endossou o que disse a Presidente e a Vice Presidente, reforçando o pleito da recondução **apelando para que o Conselho se transforme de Consultivo em Deliberativo**.

O **Conselheiro Igor dos Prazeres** apontou que o tema da recondução já havia sido discutido na Mesa Diretora, relembrando também que essa proposta sobre a adequação do tempo dos mandatos em relação aos tempos da gestão do governo ter sido colocada para a Secretaria-Geral da Presidencia, apontando que a proposta foi apresentada no Fórum Interconselhos. Relembrou também sobre o material do GTT sobre Colegiados e Conselhos, que recomenda

que os mandatos sejam maiores, apontando igualmente a robustez e aprimoramento dos Conselhos. E finalizou relembrando sobre o convite à Itanamara, que esteve presente na construção da proposta do GTT. A **Secretária Executiva Roberta Eugenio** propôs que fosse concedido um **prazo de dez dias para que a Secretaria Executiva do CNPIR consultasse a CONJUR sobre a recondução, encaminhando que no dia 27 de junho fosse realizada uma Reunião Extraordinária de pauta única sobre essa deliberação.** A Sra. **Iraneide Soares** manifestou concordância com a proposta e enfatizou a importância de garantir o devido respaldo jurídico ao processo. Em seguida, a Sra. **Marina Duarte** reforçou a importância de preservar a institucionalidade do Conselho e a confiança pública em seus encaminhamentos. Após esse bloco de intervenções, houve uma breve pausa para almoço. Na retomada, pela tarde, a Sra. **Melina Rocha** (servidora da SENAPIR) apresentou considerações sobre o programa **Rotas Negras**, abordando a necessidade de fortalecimento da política e alertando para os desafios orçamentários, especialmente no que diz respeito à execução das ações voltadas às **Casas da Igualdade**. Em seguida, a Vice-presidenta **Marina Duarte** abriu as inscrições e organizou as falas dos demais conselheiros. O **Conselheiro Igor dos Prazeres** parabenizou pelo Projeto e perguntou se havia alguma dotação orçamentária para o Rotas Negras e quis saber da existência de projetos pilotos. Recomenda um diálogo com a **Conselheira Mariana** do Ministério da Cultura, apresentando a ideia de integrar o Programa Rotas Negras com os Pontos de Cultura. Apresentou, na oportunidade, que no dia 21 de junho haveria a inauguração da imagem de Iemanjá em Teresina, e apontou como este tipo de evento e celebração precisa estar no Rotas Negras, assim como eventos de congadas, reinados, cocos e afoxés. O **Conselheiro Olumidê Betinho**, parabenizou a iniciativa e trouxe a importância de que o Turismo do Afroturismo garanta a possibilidade de integrar terreiros e povos de matriz africana, apontando para que os empresários e afroempreendedores possam se beneficiar deste projeto, de modo que os processos de formação e qualificação possam ser convertidos em renda e trabalho para as comunidades. Relembrou que afroturismo religioso está há muito tempo sendo feito, mas que carece de investimento de suporte e apoio. A **Conselheira Bruna Ravenna** parabenizou o programa e vislumbrou a possibilidade de desenvolver selos, como os que as secretarias de direitos humanos fazem nos estabelecimentos – como “este espaço respeita a diversidade”, através do que chamou de políticas de acolhimento, apontando que para o Programa Rotas Negras será muito importante, de forma que seja feito junto com outros Ministérios, pensando o quanto se pode impactar internamente e internacionalmente para o turismo no país. O **Conselheiro Antonio Herculano** apresentou exemplos do afroempreendedorismo em Pernambuco, colocando ações realizadas em Quilombos e Casas de Candomblé. E perguntou sobre recursos investidos, além de ter indagado sobre o papel do Conselheiros no Comitê Rotas Negras. A **Conselheira Iyá Vera Soares** agradeceu e apresentou sobre as possibilidades de incentivo no Sul do país, falando do litoral (Cidade de Osório) que realiza o festival de Iemanjá e de Oxum, onde se espera mais de 10mil pessoas. Festival de Oxum em dezembro deste ano, apontando a necessidade do Rotas Negras também subsidiar esses eventos. Retratou também sobre a gestão do afroempreendedorismo que está sendo gerido por pessoas não negras e apresentou possibilidades para fortalecer o Bará do Mercado e outras iniciativas no Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, o **Conselheiro Anderson Luiz (Quack)** parabenizou a apresentação e indagou sobre indicadores do Rotas

Negras sobre o que se arrecada com o afroturismo e ainda sobre indicadores de população negra que é turista e visitam as tais Rotas Negras. O **Conselheiro Ivo Gregório** apresentou as festas no Mato Grosso, como a Festa da banana, os festejos e eventos em torno da Ativista e Quilombola Tereza de Benguela e perguntou sobre os Quilombos, apresentando um projeto que já existe em seu Estado que se chama “Rotas da Ancestralidade”, uma parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso. E por fim, perguntou sobre como serão considerados os produtos, artesanatos para comercializar e fomentar a vida dos Quilombos, arguindo sobre a necessidade do diálogo com essa população específica. A **Conselheira Mãe Tuca D’Osoguiã** agradeceu a explanação e informou que assim como os espaços de terreiro são considerados espaços de saúde pelo Ministério da Saúde, o MINC também proporcionou processos de auto declaração, colocando terreiros como Pontos de Cultura e de Memória (colocou que a casa de Asé D’osoguiã é um ponto de memória); Relembrou o Edital NUFAC – onde a Casa ampliou o edital com Quilombolas e pessoas do terreiro, apresentando ali as experiências de João Pessoa e finalizou relatando sobre o Axé Pratagy, que também foi considerado o primeiro Museu a céu aberto. O **Conselheiro Nuno Coelho** relembrhou que entre 2010-2012 a Fundação Palmares consolidou um trabalho com a UNESCO que tinha como perspectiva a recuperação da memória, que parecia um pouco o Rotas Negras, algo como Rota da “Escravidão”; Lembrou que havia na época do Ministro Eloi o sonho de que a Fundação Cultural Palmares, por meio do MINC, instalasse um Museu da Memória Negra (como nos EUA). A **Conselheira Mariana Braga** apresentou a importância do Rotas Negras, falando sobre Sistema MINC, que possui 7 (sete) autarquias vinculadas e sobre essa relação. Arguiu a partir da compreensão de que o Brasil exporta é a cultura afro-brasileira e apontou sobre a necessidade de se pontencializar o Rotas Negras, inclusive discutindo isso no Comitê Gestor – o fato de que mais de 300 pontos de cultura que se demoninam locais de Afroturismo; Por fim, justificou que todas essas iniciativas e manifestações da cultura negra estão no bojo do património material e imaterial, desde os terreiros tombados até os quilombos certificados, afirmando que a mesma está acompanhando este programa A **Vice-presidenta Marina Duarte** prosseguiu com a mediação dos comentários, passando a palavra à **Conselheira Maria Aparecida** que contribuiu e se somou a fala do Conselheiro Ivo, apontando os desafios da participação da população Quilombola nos espaços como feira, exposições. Sugeriu que o Comitê faça uma reflexão sobre e não esqueça a participação desta população em feiras nacionais e internacionais. Posteriormente, à **Secretária Executiva Roberta Eugênio** apontou sobre a centralidade do programa Rotas Negras e colocou em discussão a sustentabilidade do programa, passando por conversas internas, além da articulação com o Ministério da Educação, transversalizando a aplicação da 10.639, a partir dos estudos sobre a dificuldade da aplicabilidade desta lei por conta do Racismo Religioso. Finalizando o período da manhã, a **Sra. Melina Rocha** afirmou que o Rotas é uma das prioridades do MIR, apresentando que a SENAPIR fez um mapeamento a partir do Sistema de quais são as iniciativas, e o MTUR está fazendo o mapeamento também a partir dos dados e contatos daquele Ministério. Sobre recursos, apontou que haverá editais e investimento em empreendedorismo, além de linhas de crédito para afroempreendedores, formação para guias de turismo e para o sistema hoteleiro. Repassou a informação da **Diretora Isadora Bispo** que havia pedido um dia de reunião com o CNPIR para compartilhar sobre o Programa Mais Igualdade e finalizou compartilhando que o

site do MIR compila mais informações sobre o Rotas Negras. A **Vice-presidente Marina Duarte** colocou para votação as vagas do Comitê Gestor do Programa Rotas Negras, relembrando que são 3 cadeiras, sendo 1 titular e 2 suplentes. O **Conselheiro Igor dos Prazeres** interrompeu a votação, apontando a necessidade de se estabelecer critérios para a indicação e desse modo a Vice-presidente sugeriu que a decisão seja tomada após a reunião das Comissões Permanentes. A **Seretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago** concluiu o bloco matutino convidando os conselheiros a se dirigirem aos encontros das comissões permanentes. Em seguida, os trabalhos foram suspensos para o intervalo de almoço. Ao retornarem do almoço, a **Vice-presidenta Marina Duarte** retomou os trabalhos e anunciou os pontos de pauta pendentes, incluindo a votação sobre a recondução do colegiado para o biênio 2025-2027, o relato das comissões permanentes e outros informes. Após um momento de descontração coletiva, a **Conselheira Andréia Amorim**, da Secretaria-Geral da Presidência, solicitou a palavra para questionar se, na condição de suplente, poderia participar da votação, sendo-lhe confirmado que sim. Na sequência, o **Conselheiro Igor dos Prazeres**, representando a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), expôs preocupações levantadas por sua organização após consultas internas. Questionou a nomenclatura utilizada, defendendo o uso do termo "prorrogação" em vez de "recondução" do mandato. Explicou que, regimentalmente, uma recondução poderia ser interpretada como um segundo mandato para as entidades, o que as impediria de concorrer em uma eleição futura. Além disso, solicitou explicação sobre a data exata de término do mandato prorrogado e se a prorrogação se estenderia também à mesa diretora ou se uma nova eleição para a mesa seria necessária. O **Conselheiro Nuno Coelho** interveio para contextualizar o debate, recordando que uma situação semelhante ocorreu em 2012 e que, naquela ocasião, entendeu-se que o regimento se refere à recondução da pessoa do conselheiro, e não da instituição. Ele citou exemplos de entidades como os Agentes de Pastoral Negros, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Movimento Negro Unificado (MNU), que participam do conselho há muitos anos, alterando apenas seus representantes. Argumentou que a prorrogação do mandato atual não contaria como um novo mandato eleitoral. A **Conselheira Mãe Tuca D'Osoguiã**, da Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguiã, ponderou que, apesar das interpretações, a visão jurídica seria a correta, citando o trecho do regimento que permite uma única recondução e afirmando que as entidades não são vitalícias no conselho. Diante do impasse, a **Secretária Executiva do MIR, Roberta Eugenio** interveio, enfatizando a importância de o CNPIR ter consciência do processo, ratificando que a proposta da Ministra é um olhar sobre a continuidade e propôs o encaminhamento de uma consulta a CONJUR dessa recondução e compartilhamento do parecer juírico com os Conselheiros numa reunião extraordinária com a participação do assessor da CONJUR para obter um parecer sobre a questão, explicando que o regimento atual é omissivo e pode gerar interpretações distintas. O **Conselheiro Antônio Herculano**, do Coletivo de Entidades Negras da Bahia, concordou com a prudência da medida, mas levantou a necessidade de avaliar separadamente a questão da mesa diretora. O **Conselheiro Nuno Coelho** sugeriu que, devido à recorrência do tema, o processo de revisão do regimento interno deveria incluir um capítulo específico para tratar da prorrogação de mandatos, apontando que o regimento atual é "manco nesse aspecto". A **Conselheira Carlene Printes** registrou sua insatisfação, afirmando que a proposta de

recondução já deveria ter sido apresentada com a devida orientação jurídica para evitar debates circulares. Após os debates, a **Vice-presidenta Marina Duarte** encaminhou a proposta de aguardar o parecer da CONJUR, que tem um prazo de 15 dias para responder. A **Secretária Executiva Roberta Eugenio** frisou que este é o prazo formal de trabalho das consultorias jurídicas, não podendo ser acelerado. Ficou decidido que, após o recebimento do parecer, o documento será compartilhado com todos os conselheiros e uma reunião extraordinária será convocada para deliberar sobre o tema, com a possível presença de um consultor jurídico para sanar as dúvidas. A **proposta foi aprovada por aclamação pelo pleno**. Dando seguimento à pauta, iniciou-se o relato das comissões permanentes. A **Conselheira Bruna Ravena** leu o relatório da Comissão de Ações Afirmativas, detalhando pontos discutidos como a atualização de ofícios enviados a Minas Gerais, a necessidade da participação do Ministério da Justiça nos debates, a proposta de um seminário nacional sobre a implementação da Lei 10.639 e outro sobre a saúde da população negra, além da articulação com a Frente Parlamentar Negra. A conselheira Maria Júlia complementou o relato, explicando que a comissão focou em atualizar encaminhamentos antigos por falta de respostas e solicitou que as reuniões das comissões permanentes possam ocorrer um dia antes das reuniões do pleno para otimizar os trabalhos. A **Conselheira Bruna Ravena** reforçou a importância de reuniões presenciais com a Frente Parlamentar para maior efetividade na articulação. A **Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago** se comprometeu a sistematizar os encaminhamentos e informou que a ausência de alguns retornos se deu pela participação da diretora responsável em outra reunião prioritária. Em seguida, **Mãe Tuca D'Osoguiã** apresentou o relato da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, destacando a ausência de representantes do governo na reunião do grupo. A comissão solicitou um posicionamento da CONJUR sobre uma nota de recomendação aprovada em abril, referente ao reconhecimento de terreiros como equipamentos de saúde, que foi revogada no Rio de Janeiro. Criticou a demora na publicação das deliberações, o que as torna inócuas, e a ausência de um representante da Fundação Cultural Palmares no conselho há seis meses. Solicitou também esclarecimentos sobre a metodologia e organização das plenárias dos povos ciganos e quilombolas. A **Secretária Executiva do CNPIR Larissa Santiago** respondeu aos pontos, informando que o ministério já oficiou os órgãos para a substituição de conselheiros ausentes, mas ainda não obteve resposta. Sobre a recomendação de abril, informou que a portaria do Rio de Janeiro já foi derrubada, mas o parecer da CONJUR sobre a recomendação do conselho ainda não foi emitido. Explicou detalhadamente o andamento da organização das plenárias temáticas, as diferenças de logística para eventos dentro e fora de Brasília e os desafios para definir locais e metodologias, especialmente para as plenárias de povos ciganos e quilombolas. A **Conselheira Carlene Printes** manifestou surpresa com a informação de que já havia um local pré-definido para a plenária quilombola, afirmando que no dia anterior lhe foi dito que não havia nenhuma tratativa. A **Secretária Executiva Larissa Santiago** explicou que ocorreria em Brasília, mas que o local em si ainda estava em fase de aprovação e que a indicação de participantes para essas plenárias consultará referências dos próprios povos e que os conselheiros representantes dos segmentos serão convidados a participar do processo de homologação dos nomes. Por fim, foi lida uma recomendação sobre a grave situação do terreiro Tumba Junsara, em Salvador, um patrimônio tombado pelo IPHAN e IPAC que se encontra interditado há mais de seis anos devido à morosidade e descaso nas

obras de restauração. O texto, classificado como uma recomendação, solicita que **o Ministério da Igualdade Racial monitore o processo, exija o cumprimento dos contratos e busque uma solução emergencial para a conclusão das obras**. Após um debate sobre a natureza do documento (nota ou recomendação) e seus trâmites, a Secretaria Executiva Roberta Eugênio explicou que, por solicitar uma ação do poder público, trata-se de uma recomendação que deve passar pela CONJUR, mas que o Ministério, ciente da urgência, solicitou celeridade no parecer devido ao risco de maior deterioração do bem. **A recomendação foi então aprovada pelo pleno.** A Vice-presidente **Marina Duarte** colocou a recomendação para votação, que foi aprovada por unanimidade. Ao retornarem do almoço, **Marina Duarte** conduziu a retomada dos trabalhos, passando a palavra aos coordenadores das comissões permanentes para seus respectivos relatos. O **Conselheiro Igor dos Prazeres**, também coordenador da Comissão de Orçamento e Controle, iniciou seu informe, relatando que, junto aos Conselheiros **Olumide Betinho** e **Antônio Herculano**, discutiram o contingenciamento orçamentário e reiteraram a **solicitação pela planilha detalhada com receitas, despesas e empenhos do conselho**. Enfatizou que o papel da comissão é propor a alocação de recursos e dialogar com o Ministério sobre a viabilidade das ações propostas por outras comissões. O conselheiro **solicitou a presença de um representante da área orçamentária, como o Diretor João Vitor, em todas as reuniões** da comissão para apresentar dados e tirar dúvidas. Abordou também a necessidade de analisar o plano logístico da V CONAPIR, os custos das plenárias temáticas e os termos dos acordos com a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) para acompanhar a execução e as entregas. Por fim, **propôs uma articulação entre o MIR, o MINC e o Conselho para garantir a aplicação dos 25% de recursos da Lei Aldir Blanc (cerca de R\$ 750 milhões) para a população negra**, povos e comunidades tradicionais. **Antônio Herculano** complementou, indicando que a pauta sobre o acompanhamento logístico com as empresas contratadas também é de competência da sua comissão, sugerindo um diálogo conjunto sobre o tema. A **Secretaria Executiva do CNPIR Larissa Santiago** solicitou aos coordenadores das comissões que os relatórios fossem encaminhados em formato Word para agilizar os trâmites burocráticos. Em resposta, houve uma **manifestação coletiva para que a Secretaria Executiva disponibilizasse um modelo padrão em um drive compartilhado, padronizando os documentos**, que foi disponibilizado na sequência. Respondendo à provocação sobre a **Lei Aldir Blanc**, a **Sra. Mariana Braga Teixeira**, representante do MinC, confirmou que a política representa uma grande oportunidade de investimento contínuo. Detalhou que as ações afirmativas na Lei Aldir Blanc são obrigatorias, com um mínimo de 25% dos recursos (aproximadamente R\$750 milhões anuais) destinados a pessoas negras, um aumento em relação aos **20% da Lei Paulo Gustavo**. Evidenciou também que, para além das cotas, a lei prevê editais específicos para determinados segmentos, práticas culturais e territórios. Reconheceu que, embora os estados estejam aplicando a política, muitos municípios enfrentam dificuldades de execução e necessitam de assistência técnica, destacando a importância do controle social exercido pelos conselhos para garantir a efetividade da lei. O **Conselheiro Nuno Coelho**, pela Comissão de Gestão e Conselhos, relatou denúncias recebidas de conselhos municipais, como os de Pindamonhangaba e São Bernardo do Campo. Apresentou e leu uma proposta de **moção de repúdio contra a então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Rio Claro**

(SP), Sra. Caroline Gomes Ferreira de Mello, por suposta prática de injúria racial contra um trabalhador terceirizado. O ato teria ocorrido em 2024, quando a agente pública, ainda como vereadora, proferiu ofensas como "negro à toa" e "macaco", além de ameaçar o trabalhador. Embora a secretaria tenha sido exonerada após a denúncia se tornar pública, o conselheiro defendeu a publicação da moção como um ato pedagógico para reforçar a conduta moral esperada de agentes públicos. Na sequência, o **Conselheiro Afonso Gomes**, pela mesma comissão, relatou sobre a denúncia de interferência no processo eleitoral do Conselho Municipal de Pindamonhangaba. Informou que, devido a informações divergentes e confusas apresentadas tanto pela denúncia quanto pela defesa da nova gestão do conselho municipal, a comissão solicitou mais prazo para analisar os documentos e se reunir virtualmente antes de emitir um parecer final a ser apreciado pelo pleno. O **Conselheiro Igor dos Prazeres** propôs a retirada de pauta dos pontos sobre o regimento do conselho e o GT de Marcos Legais, a fim de otimizar o tempo e focar nos informes dos convidados e no calendário da V CONAPIR, o que foi acatado pelo pleno. A **Conselheira Andréia Amorim Dias** informou que a ausência da representante da Secretaria-Geral da Presidência, que faria a explanação sobre as diretrizes do GTT, foi justificada a Secretaria Executiva do CNPIR e reforçou o compromisso da pasta com as demandas da sociedade civil. A **Vice-presidenta Marina Duarte** convidou o **Sr. Ronaldo dos Santos**, Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, para apresentar as atualizações da pasta. O secretário iniciou sua fala detalhando o Edital Mãe Beata de Iemanjá, que premiará 54 iniciativas de educação e enfrentamento ao racismo ambiental de povos de terreiros com R\$ 15 mil cada. Anunciou também o Programa Kala Tukula, uma formação de lideranças para agendas de governança global, como as COPs, que selecionou 86 participantes e iniciaria em 28 de julho. Por fim, explicou a criação do Círculo dos Povos no âmbito da COP30, uma inovação da presidência brasileira, que inclui a Comissão Internacional dos Povos Afrodescendentes, Comunidades Locais e Agricultura Familiar, presidida pela Ministra Anielle Franco. Após a apresentação, o **Conselheiro Marcos Gattas** questionou sobre a falta de retorno a candidatos ciganos desclassificados do edital Kala Tukula, e o **Secretário Ronaldo dos Santos** se comprometeu a verificar a informação. O **Conselheiro Nuno Coelho** e o **Sr. Igor dos Prazeres** cobraram um espaço para o CNPIR na COP30, afirmando também que houve uma proposta de criação de um grupo de trabalho para apreciar uma proposta para dialogar com agenda da COP. Pediram a **observação das recomendações feitas pela Secretaria Nacional de Participação Social para a presença do CNPIR na COP**. E indagaram: **Qual o lugar deste CNPIR na Comissão dos Povos Afrodescendentes liderada por este Ministério? Ainda há tempo hábil para haver o grupo de trabalho?** O Secretário **Ronaldo dos Santos** se colocou à disposição para iniciar esse diálogo a partir do GT já proposto em reunião anterior. A **Conselheira Carlene Printes** pediu explicações sobre como as comunidades tradicionais da Amazônia poderiam participar do Círculo dos Povos, reivindicando inclusive a participação de sua organização nas tratativas. O Secretário **Ronaldo dos Santos** reconheceu a necessidade de estreitar o diálogo para garantir essa participação. A **Conselheira Bruna Ravena** questionou sobre a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ e a destinação de recursos do Programa Kala Tukula, arguindo sobre a necessidade de se pensar no que chamou de “justiça linguística” para o acesso destas pessoas nos espaços de governança

internacional. O Secretário informou que o programa não previa bolsas, justificando sobre o orçamento ainda não ser o ideal e afirmou que novas edições serão planejadas. Na sequência, **Eloá Moraes**, coordenadora-geral de política para povos de terreiro, apresentou os relatórios finais dos encontros "Abre Caminhos pelo Brasil", material que subsidiou a elaboração da política nacional para povos de terreiro. Os relatórios foram distribuídos aos presentes. O Sr. **Olumidê Betinho** registrou a importância do material e da metodologia de diálogo com as redes da sociedade civil. **Mãe Tuca D'Osoguiã** convidou a **Coordenadora-Geral, Eloá Moraes** a participar das reuniões da comissão de povos e comunidades tradicionais e reivindicou que o Abre Caminhos apesar de ter estado no Nordeste não visitou a Paraíba, estado que tem o maior número de terreiros de Jurema. Dando continuidade, a Sra. **Tatiana Silva**, Diretora de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação da SENAPIR apresentou a proposta de inserção do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS-18) no processo da V CONAPIR. Detalhou o material de apoio desenvolvido, que alinha os eixos da conferência com as metas e indicadores do ODS-18, e propôs a realização de oficinas remotas e atividades autogestionadas. A proposta, já apreciada pela subcomissão de metodologia, foi acolhida pelo pleno, com a sugestão de articulá-la com a subcomissão de mobilização e transmitir as oficinas via YouTube para maior alcance. A **Secretaria Executiva do CNPIR, Larissa Santiago** informou sobre o convite da Comissão Nacional dos ODS para que um representante do CNPIR participe de sua reunião plenária no dia 25 de junho. O **Conselheiro Nuno Coelho** se colocou como um entusiasta da agenda, apontando que esta tarefa é da participação social. Arguiu que esta oficina precisaria acontecer fora das instâncias Conferências e apontou que o debate é focar no monitoramento, na fiscalização e na propositura de políticas. **Olumidê Betinho** agradeceu a apresentação e se colocou à disposição a partir da Subcomissão de Mobilização, propondo as necessidades de encontros de mobilização por temas com os Estados e Conselhos Estaduais para dialogar com essa proposta. A **Diretora Tatiana Dias** relembrou sobre a apresentação do calendário das oficinas remotas, sem impedir que ela seja transmitida via youtube, ficando gravada para quem perdeu. Perguntou se a proposta naqueles termos atenderia ao Conselho e encaminha para que a DAMGI proponha o calendário das oficinas. Além deste ponto, apontou sobre o bloco de igualdade racial dentro dos dados do IBGE, com dados de povos de terreiro e ciganos em Outubro. E encaminhou sobre o compartilhamento do documento da Estadic/Munic com o Conselho. Rememorou sobre o relatório do monitoramento do orçamento para igualdade racial, dentro da Agenda Transversal – **afirmando que também encaminhará o relatório para o CNPIR**. Na sequência, **Igor dos Prazeres** encaminhou a questão da **Diretora Tatiana Dias**, sem questionamentos avançou para **votação da ida de uma representação para a reunião do CNDOS** – abrindo espaço para que alguém se colocasse para ir. Após votação, a **Conselheira Bruna Ravenna foi indicada por unanimidade para representar o conselho**. O Sr. **Igor Bandeira**, Chefe da Assessoria Internacional do MIR, foi convidado a apresentar os informes da área. Destacou a presidência do Brasil no Mercosul a partir de julho e a reunião da RAFRO (Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados), convidando o CNPIR a participar e sugerir o tema central do encontro. Comunicou também que a ONU convidou o Brasil a sediar uma reunião preparatória para o Fórum Permanente sobre Afrodescendentes, onde haverá um diálogo com a sociedade civil.

Divulgou o programa de bolsas de estudo da ONU sobre direitos humanos para pessoas afrodescendentes em Genebra e a chamada da UNESCO para indicação de novos sítios para a rede de lugares de história e memória ligados à escravidão. O **Conselheiro Nuno Coelho** relembrhou a experiência da IV CONAPIR, que trouxe observadores do Mercosul, e sugeriu pensar em uma atividade semelhante, encaminhando uma mesa sobre o Mercosul na V CONAPIR. O Sr. **Igor Bandeira** sanou as dúvidas referente a reunião com o Fórum Permanente de Afrodescendentes e relatou sobre os impactos da presidência pro-tempore do Brasil no Mercosul. Agradeceu e se colocou à disposição para participar das próximas reuniões. Para finalizar, a Sra. **Nailah Veleci**, chefe da assessoria parlamentar, trouxe dois informes urgentes. O primeiro sobre a **votação do Plano Nacional de Educação (PNE)** na segunda semana de julho, pedindo atenção e mobilização para apoiar as emendas antirracistas e derrubar propostas prejudiciais. O segundo sobre a **articulação para a votação da PEC do Fundo da Igualdade Racial**, informando que a relatora, Deputada Gisela Simona, deseja ouvir a sociedade civil e construir o relatório a partir das plenárias da CONAPIR. O **Conselheiro Igor dos Prazeres** parabenizou sobre o avanço das pautas no congresso e o acompanhamento da Chefe Nailah no Congresso. Agradeceu o último informe, perguntou sobre possibilidade de uma **entrega real daquele Fundo na 5ª CONAPIR**. A **Conselheira Iraneide Soares** informou que a deputada Dandara Tomazini está realizando uma mesa no próximo dia 01 de julho com especialistas para tratar sobre as questões do Fundo e se comprometeu a divulgar o convite. Por fim, a **Secretaria Executiva do CNPIR Larissa Santiago** apresentou o calendário atualizado da V CONAPIR, destacando as próximas plenárias temáticas, o início da etapa digital em 1º de julho e as datas finais das etapas, além das próximas reuniões ordinárias e extraordinárias do CNPIR. O **Conselheiro Nuno Coelho** abordou a pauta sobre a autonomia dos estados na definição de delegados e na realização de etapa, com especial foco na demanda sobre tabela de delegados do município de Manaus, em relação a participação do poder municipal. A **Sra Larissa Santiago** trouxe sobre a divisão de poder público e sociedade civil estar distribuída de maneira geral, e não por Estado. A **Vice-presidente Marina Duarte** comentou sobre a necessidade de se votar e deliberar sobre as substituições do CNPIR nas subcomissões da V CONAPIR, onde a **Conselheira Bruna Ravena** se colocou à disposição para ocupar o lugar da Ex-Conselheira **Byanny Sanches**, na subcomissão de articulação. A **Vice-presidente Marina Duarte encaminhou a votação destas substituições para a próxima reunião extraordinária por falta de quórum** e, na oportunidade, finalizou a reunião, fazendo a leitura final dos encaminhamentos da pauta.